



RESOLUÇÃO Nº 03/2002, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Dispõe sobre forma de participação da Universidade Federal de Uberlândia e de seus servidores em atividades de qualificação de profissionais, não financiadas pela União, e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 12 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada aos 28 dias do mês de junho do ano 2002, e

CONSIDERANDO que os cursos de especialização, aperfeiçoamento e de extensão, não financiados pela União, visam a qualificação de profissionais em determinada especialidade e são oferecidos em calendário e horário especiais,

CONSIDERANDO que as disposições do § 2º, do art. 4º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, c/c alínea “d”, do § 1º, do art. 14, do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, admitem a participação, remunerada ou não, de servidores da Universidade, inclusive os docentes em regime de Dedicação Exclusiva, em assuntos de sua especialidade, devidamente autorizados pela Universidade; e ainda,

CONSIDERANDO que a Universidade, por ser direta ou indiretamente participante das atividades estendidas por seus servidores à comunidade, deve ser ressarcida pelo uso de bens e serviços indispensáveis ao desenvolvimento das atividades destinadas ao cumprimento de obrigações oriundas da celebração de convênios, contratos, ajustes, acordos e outros instrumentos congêneres, executados em conjunto com as fundações de apoio;

R E S O L V E:

Art. 1º A atividade de qualificação profissional, não financiada pela União, relevante ao desenvolvimento da sociedade, caracteriza-se como atividade complementar às atividades gratuitas de ensino realizadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, mediante realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros, desde que devidamente aprovados nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. As atividades previstas neste artigo deverão ser autofinanciadas com recursos públicos ou privados.

Art. 2º As atividades de qualificação profissional devem constituir-se como projeto acadêmico, reguladas mediante a celebração de convênio, contrato, acordo ou outro instrumento legal, e devem ressarcir a UFU pela utilização de bens e serviços necessários à sua implementação e execução.



Art. 3º O projeto acadêmico, observados os princípios de relevância e de qualidade do ensino oferecido, deverá atender às normas do Conselho Nacional de Educação – CNE, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, dos Conselhos Superiores da UFU e demais normas pertinentes e complementares.

Parágrafo único. A proposição do projeto acadêmico deverá observar, previamente, a disponibilidade de recursos físicos, materiais e humanos da UFU, sem comprometer a oferta e a qualidade dos ensinos de graduação e de programas de pós-graduação.

Art. 4º A proposição e a análise do projeto acadêmico deverá obedecer à seguinte tramitação:

I – apresentação do projeto ao Diretor da Unidade Acadêmica pelo(s) proponente(s);

II – recebido o projeto, o Diretor da Unidade Acadêmica mandará formar processo devidamente autuado, protocolado e numerado e, em seguida, o encaminhará à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP para análise e parecer conclusivo, quanto a adequação do mesmo às normas legais pertinentes;

III – após o parecer conclusivo da PROPP, o processo deverá retornar à Unidade Acadêmica para análise e deliberação do Conselho da Unidade; e

IV – aprovado o projeto pelo Conselho da Unidade Acadêmica, o processo deverá ser encaminhado à Procuradoria-Geral para elaboração do instrumento legal indispensável a sua execução.

§ 1º No caso de cursos de extensão, atendido o disposto no art. 140 do Regimento Geral, os projetos acadêmicos deverão observar o mesmo procedimento estabelecido neste artigo, substituindo-se a PROPP pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX.

§ 2º O curso previsto no projeto acadêmico somente poderá ter início após a tramitação completa do projeto e a conseqüente assinatura do instrumento legal correspondente.

§ 3º As Pró-Reitorias envolvidas (PROPP e PROEX) deverão elaborar um roteiro para realização dos projetos pelas Unidades Acadêmicas, o qual terá caráter normativo.

Art. 5º O relatório final do projeto acadêmico e o relatório financeiro do curso executado deverão ser submetidos à apreciação do Conselho da Unidade Acadêmica, e apresentados, no prazo máximo de até 120 dias, para aprovação da PROPP, nos casos de cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, e da PROEX, no caso dos cursos de extensão.

Parágrafo único. Após decorrido o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, e não apresentados os relatórios, a Unidade Acadêmica estará impedida de realizar novos cursos.

Art. 6º Parte das vagas oferecidas pelo curso será destinada à distribuição de bolsas integrais aos servidores da UFU, aos funcionários de Fundações de Apoio e ao público externo, à razão de 10% do número de vagas.

§ 1º Os critérios de distribuição das bolsas terão caráter normativo e serão elaborados em conjunto pela PROPP e pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PROREH, observando aspectos socioeconômicos de uma maneira geral e incluindo aspectos funcionais ao considerar o público interno.



§ 2º Não havendo demanda pelas bolsas, o valor das mesmas deverá ser revertido ao Fundo Institucional de Desenvolvimento da UFU, a ser criado.

Art. 7º Para as atividades decorrentes de celebração de convênios com entidades que financiem integralmente cursos, visando a capacitação exclusiva de seu pessoal, e aos realizados fora da sede, não se aplica a concessão de bolsas prevista no artigo anterior.

Art. 8º Poderão participar das atividades constantes desta Resolução os servidores docentes e técnico-administrativos da UFU e o pessoal da Fundação de Apoio contratado para desenvolver a atividade.

§ 1º A coordenação e a responsabilidade técnica deverão ser exercidas por servidor, preferencialmente docente, lotado na Unidade Acadêmica responsável pela execução do projeto.

§ 2º A participação de servidores da UFU nas atividades de que trata o art. 1º, deverá ter prévia aprovação da Unidade Acadêmica de sua lotação, mediante ato expedido pelo seu Diretor.

§ 3º A participação de servidores integrantes da carreira de magistério superior nas atividades reguladas por esta Resolução, fica condicionada ao cumprimento das atribuições constantes do plano de trabalho a que estiver obrigado e ao programa elaborado pela Unidade Acadêmica.

§ 4º A participação de servidores técnico-administrativos fica condicionada ao cumprimento da carga horária a que estiver sujeito, compreendendo o desenvolvimento de atividades administrativas ou acadêmicas, relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão.

Art. 9º Aos servidores docentes e técnico-administrativos da UFU que participarem de atividades definidas no art. 1º, poderá ser atribuída contrapartida pecuniária desde que atendidas as seguintes condições:

I – as atividades forem comprovadamente realizadas em horário e calendário não conflitantes com as suas atividades regulares na Unidade Acadêmica proponente; e

II – a carga horária do servidor destinada às atividades remuneradas, reguladas por esta Resolução não pode exceder a doze horas semanais, além da carga horária normal a que estiver submetido.

§ 1º Para efeito desta Resolução, a coordenação de cada curso, corresponderá a uma carga horária semanal de quatro horas.

§ 2º Caso a atividade desenvolvida pelo servidor não atinja as doze horas semanais, não será permitida a somatória das horas não trabalhadas em uma semana a outra carga horária semanal.

§ 3º A remuneração máxima paga pela coordenação de um curso não pode exceder ao valor pago pela coordenação de cursos regulares de graduação e de pós-graduação na UFU.

§ 4º As limitações de carga horária aqui impostas não se aplicam a servidores contratados pela UFU em regime de vinte horas semanais.



§ 5º As atividades, se remuneradas, não serão computadas para efeitos de concessão de Gratificação de Estímulo à Docência – GED, devendo constar no relatório anual da Unidade Acadêmica e do docente.

Art. 10. O orçamento das atividades incluirá a previsão das receitas e das despesas correspondentes a recursos materiais, equipamentos, professores, serviços de terceiros, tributos, contribuições, encargos sociais e outros.

§ 1º O orçamento deve prever valores compatíveis com as despesas operacionais, fazer parte integrante do projeto acadêmico da atividade e ser aprovado pelo Conselho da Unidade proponente.

§ 2º A retribuição pecuniária mensal do servidor docente, quando houver, será prevista no orçamento do respectivo curso, e seu valor, quando somado a outros oriundos de atividades não regulares, não poderá exceder a remuneração do Professor Adjunto IV, Dedicação Exclusiva, com Doutorado, compreendendo o vencimento e a GED plena.

§ 3º A retribuição pecuniária mensal do servidor técnico-administrativo, quando houver, será prevista no orçamento do respectivo curso, e seu valor, quando somado a outros oriundos de atividades não regulares, não poderá exceder ao vencimento correspondente à do TNS, classe B, nível VI.

§ 4º A retribuição pecuniária, quando devida aos servidores da UFU, será paga mediante concessão de bolsa de ensino, pesquisa e de extensão, ou remuneração por serviços prestados, conforme dispuser o projeto acadêmico.

§ 5º Somente será admitida a concessão de bolsa de ensino, pesquisa e de extensão nos casos em que a atividade for executada fora da carga horária a que estiver submetido o servidor da UFU.

§ 6º O orçamento do projeto acadêmico deverá incluir:

I – ressarcimento institucional, correspondente ao uso do espaço físico, serviços, equipamentos e materiais da Universidade e contribuição ao Fundo Institucional de Desenvolvimento da UFU;

II – outras despesas do projeto, tais como, despesas com manutenção, equipamentos e materiais adquiridos pelo projeto, serviços de terceiros e gasto de pessoal vinculado ou não à UFU;

III – taxas administrativas e de manutenção em geral; e

IV – ressarcimento à Unidade Acadêmica que autorizar a participação de recursos humanos em outra, para execução do projeto, no valor correspondente a 20% do valor da remuneração bruta devida aos servidores cedidos.

§ 7º Havendo superávit financeiro ao final da atividade, o mesmo deverá ser alocado para a Unidade Acadêmica proponente.

Art. 11. O total orçado para cada projeto acadêmico deverá ser distribuído da seguinte forma:

I – 12% destinados ao ressarcimento pela utilização de bens e serviços da Universidade e a contribuição ao Fundo Institucional, a ser alocado no orçamento da UFU na fonte 250; e



II – 88% destinados à fundação de apoio contratada para execução do projeto acadêmico para cobrir despesas administrativas, gerenciais, pagamentos de pessoal vinculado ou não à UFU, serviços de terceiros, material permanente e de consumo e outras despesas necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Art. 12. Os recursos financeiros somente poderão ser gerenciados pela Universidade, por meio da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD, ou por fundações de apoio autorizadas de acordo com a legislação em vigor.

Art. 13. O Fundo Institucional de Desenvolvimento da UFU será constituído de 84% do valor estabelecido no inciso I do art. 11 desta Resolução para atender às diversas áreas de interesse.

Art. 14. As disposições desta Resolução não se aplicam a recursos advindos de agências governamentais de fomento à pesquisa e apoio à pós-graduação.

Art. 15. Revogar a Resolução nº 04/98 e os arts. 3º e 6º da Resolução nº 01/96, ambas do Conselho Diretor.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Uberlândia, 28 de junho de 2002.

ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI
Presidente